

A transição da fecundidade nas ilhas da Madeira e de S. Miguel¹

Isabel Tiago de Oliveira

Revista de Demografia Histórica, XXII, II, 2004, segunda época, pp. 85-104

Resumo

Este texto aborda a questão da transição da fecundidade nas duas maiores ilhas portuguesas: a Madeira e São Miguel. São analisadas as ligações entre os vários fenómenos demográficos em inter-acção neste período, de acordo com a perspectiva do sistema de respostas múltiplas. É também efectuada uma abordagem comparativa deste percurso com a realidade continental e outras ilhas.

Palavras chave: fecundidade, transição, ilhas, migrações, nupcialidade

Abstract

The fertility transition in Madeira and São Miguel, the two major Portuguese islands, and the relation with out-migration and nuptiality responses, in the Friedlander's multiple response system perspective, are the subject of this text. It is also tried a comparative approach with other fertility declines in the mainland and on other islands.

Key words: fertility, transition, islands, migration, nuptiality

Résumé

L'objectif de cette article est d'étudier la transition de la fécondité dans les plus grands îles portugaises: Madeira e S. Miguel. On analyse les liaisons entre les différents phénomènes démographiques en interaction dans la course de ce procès, à l'égard de la perspective du system de multiples réponses. Une autre analyse est fait par la comparaison avec la réalité continentale et avec d'autres îles méditerranées.

Mots-clés: fécondité, transition de la fécondité, îles, migrations, nuptialité

1 Este texto foi apresentado no Iº Encontro de Demografia Histórica de lá Europa Meridional, para o que beneficiou de apoio do FACC da FCT. Gostaria também de agradecer os comentários e sugestões de Massimo Livi-Bacci, David Reher e Vincent Gourdon, em Menorca, assim como a revisão de texto efectuada pela minha colega Madalena Ramos (isabel.oliveira@iscte.pt).

1. A TRANSIÇÃO DA FECUNDIDADE SEGUNDO O SISTEMA DE RESPOSTAS MÚLTIPLAS

Nos estudos sobre o declínio da fecundidade na Europa a expressão *transição da fecundidade* substituiu progressivamente a tradicional ideia de *transição demográfica* (E. van de Walle, 1992). A perspectiva da *transição da fecundidade*, delineada a partir do projecto de Princeton e consolidada na maioria dos textos que se lhe seguiram, tem como pontos essenciais a importância da diversidade regional, das questões culturais, da difusão dos novos comportamentos e a emergência de novas atitudes colectivas (A. Coale e S. Watkins, 1986). Desde então, os factores apontados como causas do declínio da fecundidade, segundo a visão mais clássica da *transição demográfica* —os aspectos socioeconómicos e a ideia de precedência do declínio da mortalidade— foram duramente criticados.

Uma outra ideia, a de uma *resposta multifásica*, inicialmente proposta por Davis (1963) e posteriormente desenvolvida por Friedlander (1983; 1991; 1995 e 1999), considera que o declínio da fecundidade legítima deve ser lido no quadro de um conjunto de fenómenos demográficos, onde o equilíbrio estabelecido pelo recurso às migrações e às restrições à nupcialidade são centrais. Friedlander fala de um *sistema de respostas múltiplas* à pressão societal, desencadeada pelo declínio da mortalidade e pelas mudanças económicas e sociais, considerando a coexistência e interligação entre as várias respostas demográficas.

A análise da transição da fecundidade nas duas maiores ilhas portuguesas assenta precisamente nesta perspectiva que relaciona o declínio da fecundidade com a importância das migrações e das restrições à nupcialidade. Pretende-se, também, com este texto comparar estas duas ilhas, a Madeira e São Miguel, com Portugal continental e nas outras ilhas, quer as portuguesas, quer as de outros países do sul da Europa.

2. AS ILHAS DA MADEIRA E DE SÃO MIGUEL

Situadas em pleno oceano atlântico, as ilhas são povoadas há cerca de 5 séculos e a sua história foi marcada pela sua posição geográfica no centro das principais rotas marítimas entre o Oriente, a Europa e as Américas. As ilhas têm um importante papel na economia colonial: são

um local de apoio e de escala nas viagens, são o palco para a introdução de novas culturas, inexistentes na Europa até à data, como o tabaco, o inhame, o chá, a batata, o açúcar, a banana, o ananás, etc., que assumem progressivamente um papel central na agricultura insular.

Durante o século xx, a globalização das comunicações e dos conflitos a nível mundial, dá a algumas ilhas um papel importante, como é o caso de algumas ilhas dos Açores². O turismo constitui um outro factor que vai contribuir de forma decisiva para o modo de vida das ilhas. Iniciando-se bastante cedo na ilha da Madeira, ainda no século xix, só mais tarde adquire alguma relevância nas ilhas açorianas. O turismo influencia fortemente as economias locais mesmo que de forma desigual em cada região. A partir de finais dos anos 70 a criação das Regiões Autónomas parece ter constituído um foco de desenvolvimento em algumas áreas.

Se o isolamento das ilhas é uma constante muitas vezes referida pelos ilhéus, também é verdade que esta sua situação geográfica os fez integrar muito mais cedo um sistema comercial atlântico, distanciando-se do mundo europeu tradicional e rural.

Apesar de apresentarem globalmente alguns traços comuns, os dois arquipélagos portugueses apresentam grandes diferenças entre si. O arquipélago açoriano é constituído por nove ilhas, dispersas por uma grande área geográfica e com uma grande diversidade inter-ilhas; a mais evidente dessas diferenças é, sem dúvida, a dimensão, quer em termos físicos, quer demográficos: a ilha de São Miguel abarca cerca de metade da população açoriana enquanto a ilha do Corvo nunca excede os 1%. O arquipélago madeirense é constituído apenas por duas ilhas povoadas, nas quais se verifica uma diversidade ainda mais acentuada, já que a ilha da Madeira representa a quase totalidade da população do arquipélago.

Nas duas ilhas a actividade predominante é a agricultura³. Nas ilhas a produção para autoconsumo tem um peso muito menor que no

2 É o caso da ilha do Faial, onde as com as companhias de cabos submarinos de comunicações entre a Europa e a América funcionaram, desde o século passado até aos anos 60. É também o caso da ilha Terceira e da sua base militar que, desde a Segunda Guerra, passa a ter maior importância, em especial no pós-Guerra e durante a Guerra-fria, quando os Estados Unidos a transformam progressivamente num ponto importante do seu complexo militar.

3 A agricultura, constituiu até aos anos 60 a ocupação predominante da ilhas. Os dados oficiais sub-avaliam muito esta actividade, em especial no que toca ao sexo feminino e população que trabalha com os seus familiares (ver Oliveira, 1999). Na Madei-

continente e é a produção de monoculturas, muitas vezes em regime de plantação, que é preponderante, tornando as ilhas muito dependentes do comércio marítimo, quer para escoar a sua produção, quer para o abastecimento dos géneros alimentares. As plantações coexistem com outro sistema de organização agrícola, a *colônia*. Se as plantações são frequentes nas ilhas açorianas, a *colônia* tem uma grande importância na Madeira. Estes dois regimes de organização da actividade são fundamentais nos dois arquipélagos e terão contribuído em muito para a produção em larga escala de produtos destinados ao comércio. A grande dependência do exterior, em conjunto com a ocorrência de maus anos agrícolas, contribuíram em larga medida para as crises de subsistência que frequentemente atingiam largas camadas da população das ilhas.

A posição geográfica das ilhas portuguesas colocou-as desde o início do seu povoamento numa situação claramente diferente do restante território português. O seu modo de vida e a sua economia dependeram numa forma muito directa das prioridades do estado e do império colonial português, das suas necessidades económicas e mesmo de povoamento. Comparativamente, a maioria das regiões continentais portuguesas mantiveram durante muito mais tempo um modo de vida e uma economia muito mais determinada por necessidades locais, nas quais a agricultura para autoconsumo e os mercados locais ou regionais parecem ser a nota dominante.

Por questões de natureza prática, mas também porque nem sempre estavam disponíveis dados a nível concelhio, foram tomadas como unidades de análise os distritos de Ponta Delgada e do Funchal. Dado que a população de São Miguel representa 95% do total do distrital e a Madeira 99%, os erros cometidos não parecem ser significativos.

A Madeira, com cerca de 20 por 60 km, é a maior e a mais populosa das ilhas portuguesas. Sendo muito montanhosa a maioria da população estabeleceu-se no litoral e poucos foram para o interior. Esta ilha apresentava em 1890 cerca de 134.000 pessoas e 100 anos depois cerca de 253.000 pessoas. O seu crescimento nunca foi uniforme: foi impor-

ra a população activa ocupada na agricultura desce gradualmente de 65%, para 50% em 1960, e, nas duas décadas seguintes, assiste-se a uma diminuição mais rápida com valores de 35% e de 20%. Tal como na Madeira, nos Açores a maioria da população dedica-se à agricultura. Entre finais do século XIX e 1970, a percentagem de população activa que se dedica a esta actividade situa-se entre 52% e 47%, assistindo-se a uma descida muito brusca na década de 70, o que resulta numa percentagem de 28%, em 1981.

tante até 1950, em especial nos anos 20 e 30, quer por efeito do grande crescimento natural, quer da menor importância da emigração, sendo desde aí, relativamente fraco —em 1950 a sua população rondava mesmo as 270.000 pessoas, um valor superior ao actual—. Do conjunto das ilhas, esta é que apresenta sempre um maior crescimento natural e simultaneamente a que revela uma menor, mas mesmo assim muito forte, tendência emigratória.

São Miguel, faz parte do grupo oriental das ilhas açorianas, é uma ilha de natureza vulcânica com cerca de 65 por 15 Km, sendo a maior deste arquipélago. O seu relevo é menos acidentado que o da Madeira o que poderá ter permitido uma maior distribuição da população. Em 1890 o seu efectivo populacional estimava-se em cerca de 118.000 pessoas e em 1991 era pouco maior —cerca de 125.000 indivíduos—. Tal como na ilha da Madeira, o seu crescimento não foi uniforme e atingiu o seu máximo nos anos 20, 30 e 40 devido às menores saídas populacionais. Trata-se de um crescimento que é sempre mais fraco que o verificado na ilha da Madeira, sendo muitas vezes negativo, e que resulta quer de um menor crescimento natural, ainda que bastante elevado, quer de uma maior tendência emigratória.

3. O DECLÍNIO DA FECUNDIDADE LEGÍTIMA NA MADEIRA E EM SÃO MIGUEL

O início da transição, no caso das ilhas portuguesas, foi já analisado em vários textos (Livi-Bacci, 1972; Pinto e Rodrigues, 1900; Rocha, 1900; Oliveira, 1997). Em todos estes textos é manifesta a preocupação com os indicadores e critérios de datação. Se, em relação aos indicadores o recurso aos índices de Coale⁴ é consensual, dado o tipo de dados disponíveis para esta época, o mesmo não se passa em relação aos critérios de datação. Por vezes recorre-se à data onde se encontrou um declínio de 10% (Knodel e van de Walle, 1979; Coale e Watkins, 1986), noutras a uma descida abaixo do patamar dos 0.600 (Livi-Bacci, 1971; 1998). Neste caso, optou-se por uma análise da evolução das séries, por permitir perceber de forma mais sensível qual o momento em que se verifica uma mudança na sua tendência. Como as datas de 1911 e de

4 Sobre os problemas com estes indicadores ver Guinnane, Okun e Trussel (1984).

1920 eram muito próximas do momento de inflexão, apontado nos estudos anteriores, e apresentavam problemas (devido ao sobre-registo dos nascimentos associado à obrigatoriedade do registo civil e, mais tarde, às circunstâncias especiais vividas no pós Iª Guerra e à sobre-mortalidade causada pela gripe pneumónica), foi decidido calcular os indicadores demográficos para períodos de 5 em 5 anos; para isso foi necessário estimar as populações segundo o estado civil a meio do período inter-censitário⁵. É assim que a análise do Índice de Coale de Fecundidade Legítima (I_g) entre 1890 e 1991 permite efectuar uma outra leitura, como é visível no gráfico seguinte.

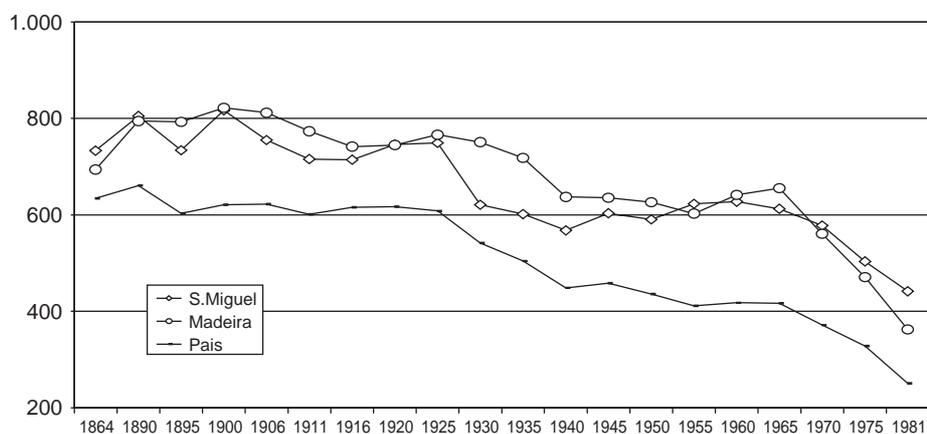


GRÁFICO 1. Índice de Coale de Fecundidade Legítima (I_g) na Madeira, São Miguel e em Portugal

É notória a muito maior fecundidade no interior do casamento nestas duas ilhas se comparadas com o país, verificando-se sempre uma diferença de cerca de 0.150/0.200.

O país parece iniciar o declínio secular da fecundidade na segunda metade dos anos 20, sendo possível considerar que a primeira transição da fecundidade ocorre entre o segundo quinquénio de 20 e meados dos

⁵ No caso da população segundo o estado civil, considerou-se que a diferença entre os dois recenseamentos devia ser distribuída proporcionalmente à percentagem de casamentos ocorridos no primeiro e segundo quinquénio do período. Isto é, se 65% dos casamentos entre dois censos ocorre nos primeiros 5 anos, para o meio do período calcula-se que a população casada corresponda à do primeiro censo mais 65% do aumento entre os dois censos.

anos 60. Esta primeira transição da fecundidade parece ser composta por duas fases: um primeiro declínio mais rápido até 1940 e depois uma fase de estabilidade até meados dos anos 60. Será a partir desta década que se torna clara uma nova fase do declínio, a segunda transição da fecundidade.

Em São Miguel o declínio também é iniciado na segunda metade dos anos 20; na Madeira é menos claro o momento de mudança, sendo nítida a descida a partir dos anos 30. Até 1940, este declínio é rápido nas duas ilhas, que descem de valores próximos de 0.800 para níveis em torno de 0.600. Entre 1940 e a primeira metade dos anos 60, passa-se por um período de relativa estabilidade deste indicador nas duas ilhas, tendo-se depois iniciado-se um novo movimento de descida da fecundidade dos casais, a segunda transição da fecundidade.

A maior diferença entre as duas maiores ilhas portuguesas e o continente situa-se fundamentalmente nos níveis de intensidade da fecundidade, que são nitidamente superiores nas ilhas ao longo de todo o período em análise. Tanto as duas maiores ilhas portuguesas como o país, apresentam uma primeira transição da fecundidade onde são nítidas duas fases —um declínio inicial relativamente rápido seguido de um período de estabilização— tal como se verificou na maioria dos países europeus.

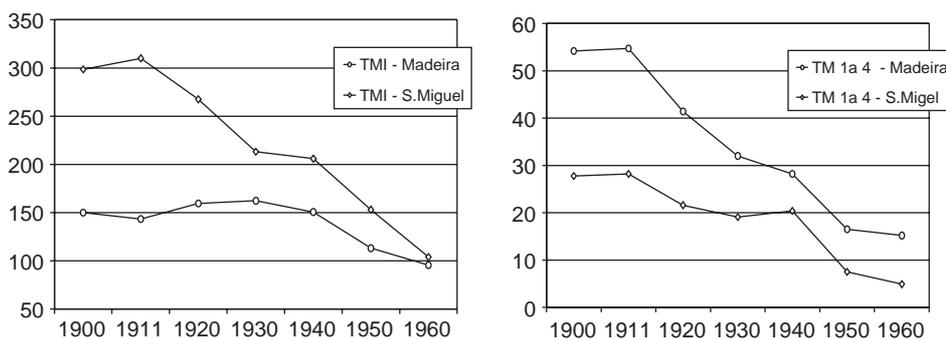
4. A TRANSIÇÃO DA FECUNDIDADE E AS OUTRAS COMPONENTES DO SISTEMA DEMOGRÁFICO

Vários são os pontos levantados pelas diversas perspectivas sobre o declínio secular da fecundidade na Europa. Neste texto serão apenas abordados os factores de natureza demográfica, embora uma análise mais aprofundada exigisse a análise dos outros aspectos.

4.1. A teoria clássica e a precedência do declínio da mortalidade

Além dos factores socioeconómicos, a precedência do declínio da mortalidade face ao da fecundidade legítima tem sido um dos pontos mais frequentemente discutidos desde a teoria clássica da transição demográfica.

Dado que a Taxa bruta de Mortalidade é um indicador pouco sensível, uma vez que é muito influenciado pelos efeitos de estrutura, nomeadamente pelo processo de envelhecimento verificado no século XX, utilizaram-se indicadores sobre a mortalidade infanto-juvenil. A mortalidade dos jovens tem particular importância no contexto da discussão sobre o declínio da fecundidade legítima, uma vez que a questão do primado da descida da mortalidade foi progressivamente transformada na ideia de precedência do declínio da mortalidade das crianças, que permitiria aos casais planearem e controlarem a descendência. Esta tradução da mortalidade geral para a mortalidade infanto-juvenil é já visível no projecto de Princeton (F. van de Walle, 1986) e em quase todos os textos posteriores, nomeadamente nos recentes trabalhos de síntese de Galloway, Hammel e Lee (1997) e de Clelland (2001), onde é defendida novamente a ideia do primado da descida da mortalidade infanto-juvenil relativamente ao da fecundidade legítima.



GRÁFICOS 2 E 3. Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) e até aos 4 anos (TM1a4) na Madeira, São Miguel⁶

Relativamente à mortalidade no primeiro ano de vida, são de destacar os valores muito elevados em São Miguel até 1920, embora nesta ilha o declínio da TMI pareça ter-se iniciado no pós implantação da República. Na Madeira este indicador apresenta valores menos graves e que parecem revelar alguma estabilidade até 1940.

⁶Todos os valores apresentados referem-se sempre aos distritos, à excepção das TMI de São Miguel a partir de 1940 que foram calculadas por Gilberta Rocha (1990).

Quanto à mortalidade entre o primeiro ano e os 4 anos completos, verifica-se que São Miguel tem valores mais baixos que a Madeira, parecendo, nas duas ilhas, declinar desde a mesma altura —cerca de 1911.

Os dados sugerem que o declínio da mortalidade infanto-juvenil terá tido início, por volta de 1911, quer isso seja manifesto em todos os indicadores ligados a esta questão, quer apenas na TMI. A este propósito pode acrescentar-se que no trabalho, já referido, de Maria Luís Rocha Pinto e Teresa Rodrigues, as autoras consideram que a Madeira se encontra na primeira fase da transição demográfica entre 1860 a 1930, o que também apontaria para uma precedência do declínio da mortalidade nesta ilha. Por outro lado, Oliveira (1999) aborda as causas de morte nesta ilha e a frequência das situações de sobre-mortalidade e aponta para um declínio da mortalidade a partir da primeira década do século XX.

4.2. As migrações

Foi já explicitado em textos anteriores⁷ os problemas relativos à utilização da emigração legal como medida das saídas populacionais, pelo que o melhor indicador das perdas populacionais parece ser o saldo migratório, quer por se referir as perdas populacionais efectivas, quer por ser o único indicador que não sofre enviesamentos de tipo diferente ao longo do tempo.

Resultantes de uma migração que há muitos séculos as povoou, as ilhas atlânticas revelam, desde que existem dados conhecidos, uma muito maior tendência para as saídas populacionais do que o continente. Se no país os valores do saldo migratório oscilam entre 5 e 15 p.mil anuais, nas duas maiores ilhas portuguesas este indicador chega a atingir valores como 25 a 35 p.mil nos anos 60 (cerca de 25 e 35% da população sai nesta década).

⁷ Ver Oliveira (1997), onde se discutiu os problemas de vários indicadores de migrações, nomeadamente os relativos à utilização da emigração legal. Nesse texto, é também analisada em maior detalhe a questão migratória nas ilhas portuguesas, salientando-se entre outros aspectos os locais de destino dos emigrantes e os condicionalismos externos como as restrições à emigração nos EUA, a diminuição do fluxo para o Brasil, ao surgir de novos destinos no Canadá e na América latina e, muito mais tarde, na Europa.



GRÁFICO 4. Taxa do Saldo Migratório (TSM) na Madeira, São Miguel e em Portugal⁸

É possível verificar a existência de quatro grandes períodos, tanto na Madeira e em São Miguel, como no continente. A primeira fase, até 1920, revela fortes saídas migratórias; de 1920 a 1940, é possível encontrar uma diminuição destas saídas (mais ténue na Madeira); o terceiro período, marcado um fortíssimo crescimento das saídas migratórias, inicia-se com o pós-guerra e vai até 1970; finalmente, desde os anos 70, encontra-se uma diminuição deste fenómeno.

A comparação destes períodos com o calendário apontado pela análise do declínio da fecundidade legítima, onde os anos 20 e os anos 70 surgem como momentos-chave no desencadear de novas tendências, é possível verificar a existência de um *boom* migratório imediatamente antes do início da primeira e da segunda transição da fecundidade.

Neste sentido, a ideia das migrações como válvula de escape para a população, que permitiria retardar ou atenuar a necessidade de controlar a fecundidade no seio da família, parece ser apoiada pelos dados encontrados, tanto nas ilhas como na generalidade do país⁹.

⁸ Esta taxa aparece invertida no gráfico para facilitar a leitura.

⁹ Relativamente à primeira transição da fecundidade, isto também se verifica noutras regiões do continente e noutros países (Oliveira, 2003).

4.3. As restrições à nupcialidade

Os indicadores de nupcialidade estão profundamente marcados pelas saídas populacionais¹⁰, tanto mais quanto estas foram mais desequilibradas em relação ao estado civil. Por outro lado, o facto das saídas serem mais ou menos diferenciais para homens e mulheres, cria também uma situação em que as relações de masculinidade, nas idades mais propícias ao casamento, afectam as características da nupcialidade na realidade e não só nos indicadores. Nesta situação, o mais habitual é uma maior emigração masculina acompanhar uma situação de maiores restrições à nupcialidade nas mulheres. Apesar destas questões, o Índice de Coale de Nupcialidade Feminina (Im) continua a ser um bom indicador do peso das restrições à nupcialidade no controle da fecundidade total, já que permite perceber a importância deste mecanismo no controle da fecundidade total, da população feminina que não emigrou.

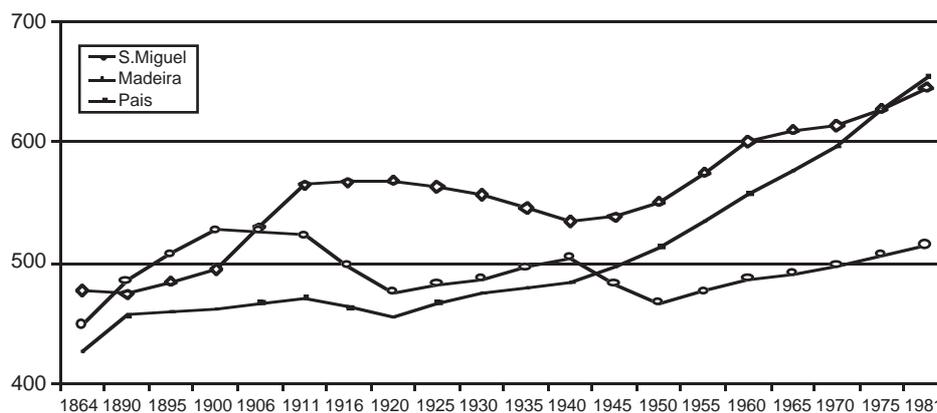


GRÁFICO 5. Índice de Coale de Nupcialidade Feminina (Im) na Madeira, São Miguel e em Portugal

Até 1940 tanto a Madeira como São Miguel têm níveis de nupcialidade feminina superiores aos verificados no país. Se em relação à Madeira esta diferença é ligeira, em São Miguel é, pelo contrário, uma

10 A este propósito ver Robert Rowland (1997) sobre os problemas dos indicadores de Hajnal, em caso de emigração ou de alteração das características da nupcialidade. O argumento deste texto é também aplicável a quaisquer outros indicadores de nupcialidade que se baseiem na estrutura por idade e estado civil, como é o caso do Im.

divergência muito acentuada. Entre o início do século xx e até 1940 as restrições à nupcialidade feminina parecem ser muito menores do que na Madeira e no resto do país. Após 1940 São Miguel, tal como no resto do país, inicia um aumento progressivo da nupcialidade, enquanto que na Madeira não é possível encontrar qualquer tendência de mudança.

É pouco claro até que ponto estes valores do Im estão ou não influenciados pela emigração. Como a emigração apresenta alguma diferencialidade em relação ao estado civil, o Im pode aparentar uma maior nupcialidade apenas devido a uma maior saída de gente solteira. Por outro lado, sendo o Im um indicador de estrutura e não de momento, será menos sensível à mudança de tendências. Neste sentido, pode ser calculada uma outra medida: a taxa de nupcialidade de não casados, para cada um dos sexos. A análise deste indicador parece apontar para o afastamento do padrão feminino de nupcialidade restritiva, a partir de 1940, em São Miguel e no continente. Quanto à Madeira, este indicador alternativo só parece revelar uma subida a partir de meados dos anos 70.

Quanto à relação entre as restrições à nupcialidade e o declínio da fecundidade dos casais, só após o início da primeira transição da fecundidade é possível encontrar um aumento gradual do casamento, diluindo-se o antigo padrão de restrições à nupcialidade, à excepção da Madeira que parece ser um caso singular.

Sendo a Madeira e São Miguel duas regiões onde o declínio da fecundidade legítima se iniciou praticamente a par do resto do país, ele foi nestas ilhas muito mais lento; e paralelamente, encontram-se aqui sempre valores muito mais elevados de fecundidade legítima. De acordo com a perspectiva do sistema de respostas múltiplas é, por isso, de considerar que os maiores valores das saídas populacionais nas ilhas terão concorrido para estes menores níveis de controlo dos nascimentos no casamento.

Por outro lado, a comparação entre São Miguel e a Madeira é ainda indicativa de outro aspecto. Se em São Miguel é possível encontrar um muito maior recurso à emigração como resposta complementar ao declínio da fecundidade legítima, na Madeira, além da emigração, também a manutenção das restrições à nupcialidade feminina parece estar ligada aos maiores níveis de fecundidade no casamento, havendo assim uma conjugação das duas respostas tradicionais nas duas ilhas, até aos anos 40. Após esta data, na ilha de São Miguel é a emigração que predomina claramente como resposta alternativa ao declínio da fecundidade,

enquanto na Madeira, onde esta não é tão expressiva, se mantêm as duas respostas tradicionais.

Comparativamente com a Madeira e São Miguel, no resto do país, onde os níveis de fecundidade legítima foram sempre mais baixos e declinaram mais rapidamente, as saídas populacionais são menores e as restrições à nupcialidade deixam progressivamente de se fazer sentir após o início do controle dos nascimentos se iniciar.

Dir-se-ia o contrário se a comparação fosse entre Portugal e grande parte dos países europeus, que mais cedo e mais rapidamente viram declinar a sua fecundidade legítima e onde as saídas populacionais tiveram menos expressão que em Portugal. Ambas as comparações estão de acordo com a proposta do sistema de respostas múltiplas aqui discutido.

5. OUTRAS ILHAS, OUTROS PAÍSES

A comparação entre a evolução da fecundidade dos casais nas ilhas e nos países de que fazem parte é possível, com base nos dados de Princeton, para alguns casos da área do Mediterrâneo. Nomeadamente, para além de Portugal, para o caso espanhol, italiano e francês.

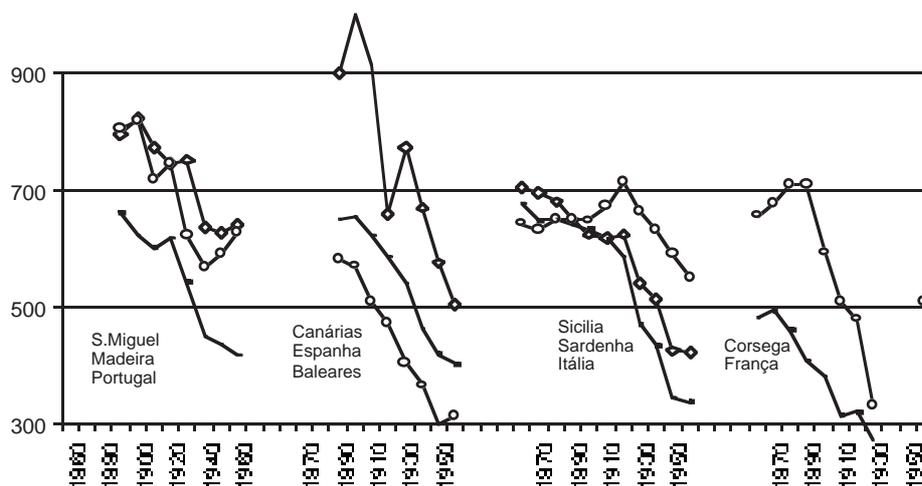


GRÁFICO 6. Índice de Coale de Fecundidade Legítima (lg) em algumas ilhas e países

No caso português como foi já apontado as ilhas da Madeira e São Miguel têm ao longo do período em análise uma fecundidade legítima mais elevada que o resto do país.

Em Espanha, pelo contrário, se considerados os dois arquipélagos, as Canárias e as Baleares, é visível que enquanto as Canárias, têm tendencialmente, uma fecundidade legítima muito mais elevada que o país, as Baleares desde cedo apresentam uma fecundidade legítima menos intensa¹¹. Em Itália, as duas maiores ilhas, a Sicília e a Sardenha, têm até cerca de 1920 valores relativamente próximos da globalidade do país mas, a partir desta data, apresentam um declínio mais lento no caso da Sicília, e um declínio muito mais tardio no caso da Sardenha. Relativamente a França, é visível a grande diferença face à Córsega, cujos valores não parecem apontar para uma mudança de tendência antes de finais do século XIX e que mantém sempre valores muito superiores aos do resto do país.

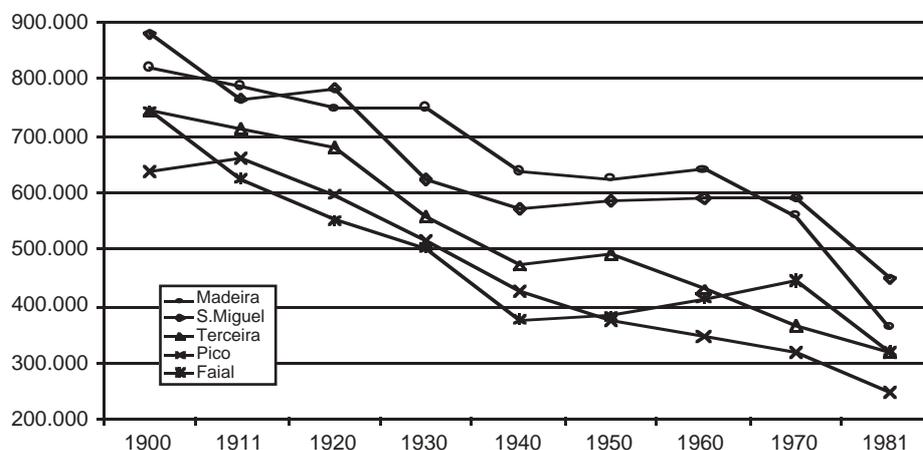
Assim, a maioria das regiões insulares do sul da Europa (à exceção das Baleares) parecem ter um declínio mais lento ou tardio que as regiões continentais dos países onde pertencem.

As Baleares não são, no entanto, a única exceção. Nas ilhas portuguesas dos Açores, quase todas as ilhas (de menor dimensão populacional e onde muitas vezes o peso da ligação ao exterior é ainda maior que nas ilhas grandes) revelam diferentes percursos na evolução da fecundidade matrimonial, como é possível verificar no gráfico seguinte.

Nas cinco maiores ilhas portuguesas a comparação com a realidade do país é elucidativa. Se na Madeira, São Miguel, e ilha Terceira os valores da fecundidade legítima tendem a ser mais elevados que no resto do país, no Faial e no Pico isso não acontece.

Relativamente às datas de início deste processo, na ilha Terceira ele é visível desde os anos 20, parecendo ter começado anteriormente, pelo menos desde o início do século XX. Quanto às outras duas ilhas do grupo ocidental dos Açores —Faial e Pico— desde o início do século XX que elas apresentam níveis muito mais próximos do continente do que da Madei-

11 Na sua análise sobre a fecundidade e a nupcialidade em Espanha, Livi-Bacci (1968) apontou a precocidade do declínio da fecundidade legítima no leste espanhol. Na sua opinião, a importância da Catalunha, mais aberta à influência francesa e com um declínio precoce da mortalidade, permitiriam o declínio mais precoce nas Baleares, em Valência e Aragão.

GRÁFICO 7. Índice de Coale de Fecundidade Legítima (lg) nas 5 maiores ilhas¹²

ra e São Miguel e, desde cedo, parecem revelar uma descida da fecundidade dos casais.

Nestas três ilhas —Terceira, Pico e Faial— onde a relação ao exterior é ainda maior, dada a sua posição estratégica no Atlântico, a precocidade do declínio sobre as restantes regiões parece ser notória.

Embora em termos de tendências globais as regiões insulares pareçam ter declínios mais lentos ou tardios, uma visão mais aprofundada de cada ilha revela uma realidade onde a diversidade parece ser marcante. Encontra-se nas regiões insulares, mais uma vez, a confirmação de que a utilização de unidades populacionais de menor dimensão permite perceber a variabilidade por detrás das agregações regionais.

BIBLIOGRAFIA

- BANDEIRA, Mario Leston, 1996. *Demografia e modernidade. Família e transição demográfica em Portugal*, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- BRANCO, Jorge Freitas, 1987. *Camponeses da Madeira*, as Bases Materiais do Arquipélago 1750-1900, Publicações D. Quixote, Lisboa.

¹² Os dados aqui utilizados para as ilhas dos Açores são os de Gilberta Rocha (1990).

- BRITO, Raquel Soeiro de, 1989. «A importância da ilha da Madeira no início da expansão ibérica e a sua evolução recente», *Actas do 1 Colóquio Internacional de História da Madeira 1986 vol. 1*, Governo Regional da Madeira, Funchal.
- BRITO, Raquel Soeiro de, 1955. *A ilha de S.Miguel*, Publicação da Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa.
- CALDWELL, J., HARRISON, G. e QUIGGIN, P., 1980. «The demography of micro-states», *World Development*, vol 8: 953-967.
- CARLSSON, C., 1966. «The Decline of Fertility: Innovation or adjustment Process» in *Population Studies*, 20 (2):149-174.
- CHESSAIS, Jean-Claude, 1986. *La Transition Démographique. Étapes, Formes, Implications Économiques. Étude de Séries Temporelles (1720-1984) relatives à 67 Pays*, Paris, Presses Universitaires de France / Institut National d'Études Démographiques (col. Travaux et Documents, cahiers n° 113).
- CHESSAIS, Jean-Claude, 1995. *La Transition Démographique, Trente Ans de Bouleversements (1965-1995)*, Les Dossiers du CEPED n° 34, Paris.
- CLELAND, J., 2001. «The effects of improved survival on fertility», in *Population and Development Review*, 29 (suppl. 60-92).
- CLELAND, Jonh e SINGH, Susheela, 1980. «Islands and the demographic transition», in *World Development*, vol 8: 969-963.
- COALE, A. e TREADWAY, R., 1986. «A Summary of the Changing Distribution of Overall Fertility, Marital Fertitily, and the Proportion Married in the Provinces of Europe» in *The Decline of Fertility in Europe*, Princeton University Press, Princeton.
- COALE, A., 1986. «The Decline of Fertility in Europe since the Eighteenth Century as a Chapter in Human Demographic History» in *The Decline of Fertility in Europe*, Princeton University Press, Princeton.
- COALE, Ansley e WATTKINS, Susan, 1986. *The Decline of Fertility in Europe*, Princeton University Press, Princeton.
- COALE, Ansley J., 1973. «The demographic transition», in *Proceedings of the IUSSP Conference*, Liège: 177-211.
- DAVIS, Kingsley, 1963. «The theory of change and response in modern demographic history», in *Population Index* 29 (4) Oct: 345-352.
- DAVIS, Kingsley, 1945 «The world demographic transition», *The Annals of the American Academy of Political and Social Sciences*, vol 273, Jan I: 1-11.
- DUPÂQUIER, J., BARDET, J-P (ed.), 1997/8/9. *Histoire des Population de l'Europe*, vol I, II, e III Fayard, Paris
- DUPÂQUIER, J., 1972. «De l'animal à l'homme: le mécanisme autorégulateur des populations traditionnelles», in *Revue de l'Institut de Sociologie*, 2: 177-211.
- EVANGELISTA, João, 1971. *Um século de População Portuguesa 1864-1960*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

- FRIEDLANDER, D. e OKUN, B., e SEGAL S. 1999. «The demographic transition then and now: Processes, perspectives and analyses», in *Journal of Family History*, 24 (4): 493-533.
- FRIEDLANDER, D., SCHELLEKENS, J. e BEN-MOSHE, E. 1991. «The Transition from High to Low Marital Fertility: Cultural or Socioeconomic Determinants», in *Economic Development and Cultural Change*, 39 (2): 331-351.
- FRIEDLANDER, D. e OKUN, B., 1995. «Pretransition Marital Fertility Variation Over Time: Was There Deliberate Control In England», in *Journal of Family History*, 20 (2):139-158.
- FRIEDLANDER, D., 1983. «Demographic responses and socioeconomic structure: populations process in England and Wales in the nineteenth century», in *Demography*, 20 (3): 249-272.
- GALLOWAY, P, HAMMEL, A, e LEE, R., 1997. «Infant mortality and fertility transition: macro evidence from Europe and new findings from Prussia» in *From death to Birth: Mortality decline and Reproductive Change*.
- GALLOWAY, P, HAMMEL, E. e LEE, R., 1994. «Fertility Decline in Prussia, 1875-1910: a Pooled Cross-Section Time Series Analysis», in *Population Studies*, 48:135-158
- GILLIS, J., TILLY, L., LEVINE, D. 1992. *The European Experience of Declining Fertility, 1850-1970. The Quiet Revolution*, Blackell.
- GUINNANE, T., BROWN, J. 2002. «Fertility Transition in a Rural Catholic Population: Bavaria 1880-1910», in *Population Studies*, Mar:35-49.
- GUINNANE, T., OKUN, B. e TRUSSEL, J., 1994. «What Do We Know About the Timing of Fertility Transitions in Europe», in *Demography*, 31 (1): 1-20.
- HABAKKUK, H.J., 1955. «Family Structure and Economic Change in Nineteenth-Century Europe», in *The Journal of Economic History*, 15 (1): 1-12.
- HAJNAL, J., 1965. «European Marriage Patterns in Perspective» in *Population in History: Essays in Historical Demography*, ed, D.V. Glass and D.E.C. Everssley, pp 101-143, Londres.
- HAJNAL, J., 1953. «Age at marriage and proportions marrying», in *Population Studies* 7(2):111-136
- HAJNAL, J., 1953. «The marriage Boom», in *Population Index* 19(2): 80-101.
- HENRY, Luis 1961. «Some Data on Natural Fertility», in *Eugenics Quarterly*, 8 (2): 81-91
- JOÃO, M. ISABEL, 1991. *Os Açores no Século XIX, Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Edições Cosmos, Lisboa.
- KIRK, D., 1996. «Demographic Transition Theory», in *Population Studies*, 50: 361:387.
- KNODEL, J. e VAN DE WALLE, E., 1986. (original de 1979) «Lessons from the Past: Policy Implications of historical Fertility Studies», in *The Decline of Fertility in Europe*, Princeton University Press, Princeton.

- KNODEL, J., 1983. «Starting, stopping and spacing during the early stages of fertility transition: the experience of German village populations in the 18th and 19th centuries», in *Demography*, 24 (2):143-162.
- KNODEL, J., 1979. «From Natural Fertility to family Limitation: the Onset of Fertility Transition in a Sample of German Villages», in *Demography*, 16 (4): 493-521.
- KNODEL, J., 1977. «Family Limitation and the Fertility Transition: Evidence from Age patterns of Fertility in Europe and Asia», in *Population Studies*, 31 (2): 219-249
- LEASURE, J. W., 1963. «Factors involved in the Decline of Fertility in Spain 1900-1950», in *Population Studies*, 16 (3): 271-285.
- LESTHAEGHE, R. e WILSON, C., 1986. «Modes of Production, Secularization, and the Pace of fertility Decline in Western Europe», in *The Decline of Fertility in Europe*, Princeton University Press, Princeton.
- LIVI BACCI, Massimo (coord), 1991. *Modelos Regionales de la Transition Demografica en Espana y Portugal*, Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, Alicante.
- LIVI BACCI, Massimo, 1986. «Social-groups Forerunners of Fertility Control in Europe», in *The Decline of Fertility in Europe*, Princeton University Press, Princeton.
- LIVI BACCI, Massimo, 1975. *A History of Italian Fertility during the Last Two Centuries*, Princeton University Press, Princeton.
- LIVI BACCI, Massimo, 1971. *A Century of Portuguese Fertility.*, Princeton University Press, Princeton.
- LIVI BACCI, Massimo, 1968. «Fertility and Nuptiality Changes in Spain from the Late XVIII to the Early XX Century.», in *Population Studies*, vol. 22, nº 1 e 2.
- MACLAREN, A., 1997. (original de 1990) *História da Contraceção*, Terramar, Lisboa.
- MONTGOMERY, M. and COHEN, B. (Editors), 1997. *From death to Birth: Mortality decline and Reproductive Change*, Committee on Population, National Research Council.
- NAZARETH, J. Manuel, 1977. «Análise regional do declínio da fecundidade da população portuguesa», *Análise Social*, nº 23 (52): 901-986.
- NAZARETH, J. Manuel, 1977. «As inter-relações entre família e emigração em Portugal: um estudo exploratório», *Economia e Sociologia*, 23: 31-48.
- NEPOMUCENO, Rui, 1994. *As crises de Subsistência História da Madeira*, Ensaio Histórico, Caminho, Lisboa.
- NOTESTEIN, F.W., 1953. «The economics of population and food supplies. Economic Problems of Population Change», *Proceeding of the 8th International Conference of Agricultural Economists*, Londres.
- NOTESTEIN, F.W., 1945. «Population the Long View», E. Schultz ed., *Food for the World*, University of Chicago Press: 36-56.

- OLIVEIRA, Isabel, 2003. *O Declínio da Fecundidade em Portugal: o Sistema de Respostas Múltiplas*, dissertação de doutoramento apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL.
- OLIVEIRA, Isabel, 1999. «A Ilha da Madeira – Transição Demográfica e Emigração», in *População e Sociedade*, nº 5, Porto.
- OLIVEIRA, Isabel, 1997. «Emigração nas Ilhas Portuguesas» in *População e Sociedade*, nº 3, Porto.
- OLIVEIRA, Isabel, 1996. *A transição demográfica e emigração nas ilhas portuguesas*, dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL.
- PINTO, M. Luís Rocha e RODRIGUES, Teresa, 1990. «A Madeira na viragem do século (1890-1930), características da sua evolução demográfica» in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Imprensa de Coimbra, Coimbra.
- REHER, D, 2004. «The Demographic Transition Revisited as a Global Process», in *Population, Space and Place*, 10 (19-41)
- REHER, D. e SHOFIELD, 1993. *Old and New Methods in Historical Demography*, Clarendon Press, Oxford.
- REHER, D. e IRISO-NPAL, P. 1989. «Marital fertility and its Determinants in Rural and in Urban Spain, 1887-1930», in *Population Studies*, 43: 405-427.
- REIS, Célia, 1990. *A Revolta da Madeira e Açores (1931)*, Livros Horizonte, Lisboa.
- RICHARDS, T., 1977. «Fertility Decline in Germany: an Econometric Appraisal», in *Population Studies*, 31: 537-553.
- ROCHA, Gilberta, 1990. *A Transição Demográfica nos Açores*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada.
- ROCHA, Gilberta, 1991. *Dinâmica Populacional nos Açores do século XX - Unidade, Permanência Diversidade*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada.
- ROWLAND, R., 1997. *População, Família e Sociedade. Portugal séculos XIX-XX*, Celta, Oeiras.
- SHORTER, Knodel, J., VAN DE WALLE, E., 1971. «The decline of illegitimacy in Europe», in *Population Studies*, 25 (3), 375-393.
- VAN DE WALLE, E., 1992. «Fertility Transition, Conscious Choice and Numeracy», in *Demography*, 29 (4):487-502.
- VAN DE WALLE, E., 1974. *The Female Population of France in the Nineteenth Century* Princeton University Press.
- VAN DE WALLE, Francine 1986. «Infant Mortality and the European Demographic Transition», in *The Decline of Fertility in Europe*, Princeton University Press, Princeton.
- WATKINS, Susan, 1991. *From Provinces into Nations. Demographic Integration in Western Europe 1870-1960*, Princeton.
- WATKINS, Susan 1986. (original de 1981) «Regional Patters of Nuptiality in Western Europe, 1870-1960», in *The Decline of Fertility in Europe*, Princeton University Press, Princeton.

- WATKINS, Susan 1986. «Conclusions», in *The Decline of Fertility in Europe*, Princeton University Press, Princeton.
- WEIR, D, 1993. «Family Reconstitution and Population Reconstruction: two approaches to the Fertility Transitions in France, 1740-1911», in *Old and New Methods in Historical Demography*.
- ZELINSKY, Wilbur, 1971. «The hypothesis of mobility transition», *Geographical Review*, n° 61, New York: 219-249.